

CRÉDITO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

(Divida Contratual) Fluxo de Autorizações no Período

R\$ mil

Tomadores	Jan/Set 94			Jan/Set 95		
	Aro*	Fundada	Total	Aro	Fundada	Total
Governos Estaduais	718.411,6	1.493.456,6	2.212.868,2	1.669.265,0	928.904,2	2.598.169,2
Capitais	338.605,8	32.760,1	371.365,9	265.293,0	172.339,3	437.632,3
Demais Prefeituras	306.848,9	136.541,7	443.390,6	960.435,7	141.721,3	1.102.157,0
Total	1.364.866,3	1.662.758,4	3.027.624,7	2.894.993,7	1.242.964,8	4.137.958,5
Credores	Jan/Set 94			Jan/Set 95		
	Aro	Fundada	Total	Aro	Fundada	Total
Bancos Privados	1.160.082,9	51.685,9	1.211.768,8	2.357.590,2	4.031,6	2.361.621,8
Bancos Estaduais	140.071,0	19.373,8	159.444,8	395.598,1	3.125,2	396.723,3
Bancos Federais	84.712,4	77.312,0	142.024,4	141.805,4	541.431,1	683.236,5
Outros Credores Internos	-	9.307,6	9.307,6	-	58.844,0	58.844,0
Fundos c/repasso de Rec. Ext.	-	126.888,5	126.888,5	-	122.538,2	122.538,2
Credores Externos	-	1.378.190,6	1.378.190,6	-	512.994,7	512.994,7
Total	1.364.866,3	1.662.758,4	3.027.624,7	2.894.993,7	1.242.964,8	4.137.958,5

* Antecipação da Receita Orçamentária

FONTE: Banco Central

Loyola defende venda de patrimônio dos estados

Operações de ARO cresceram 112% até setembro

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, disse ontem que o único jeito de estados e municípios reduzirem suas dívidas é vendendo patrimônio. "Não se consegue resolver o problema dos estados reduzindo taxa de juros. As taxas podem baixar em um dia e subir no outro", disse Loyola.

O Banco Central tornou público ontem pela primeira vez os estados que mais se endividaram neste ano. As unidade federativas tomaram R\$ 4,1 bilhões de recursos novos entre janeiro e setembro de 1995. Em igual período do ano passado, o fluxo de recursos destinados aos estados e municípios foi de R\$ 3,1 bilhão. O BC não informou o valor global do estoque da dívida dos estados.

As operações de ARO (Antecipação de Receita Orçamentária) cresceram 112%. Elas são feitas quando um estado tem dificuldade financeira para cobrir compromissos de curto prazo e dá como garantia a arrecadação do ICMS. Nos primeiros nove meses deste ano os bancos liberaram aos estados e municípios R\$ 2,89 bilhões ante R\$ 1,3 bilhão no ano passado.

Os financiamentos concedidos por meio das ARO têm prazo máximo de um ano. Todos os empréstimos têm de ser liquidados em janeiro do ano seguinte a que foram tomados. No último ano de mandato da autoridade que tomou o empréstimo, a liquidação tem de ser feita até o final de novembro.

Como os estados e municípios tiveram um aumento de suas despesas com pes-

soal, vêm sendo obrigados a recorrer a esse instrumento para pagar em dia seus compromissos. O endividamento de estados e municípios, por meio de operações ARO e empréstimos contratuais, só pode ser feito dentro de limites estabelecidos pela Resolução 11/94 do Senado Federal.

O Banco Central se limita à fiscalização sobre as instituições financeiras que estão concedendo crédito, do cumprimento da exigência feita pelo Senado. A dívida contratual, que são recursos de financiamento de prazos maiores destinados a saneamento básico, sofreu uma pequena redução nos últimos nove meses. O fluxo das operações atingiu nos primeiros nove meses de 1994 em torno de R\$ 1,6 bilhão ante R\$ 1,2 bilhão em igual período.

O chefe do departamento da dívida pública do BC, Jairo da Cruz Ferreira, calculou entre 9% ao mês a taxa máxima e mínima de 3,5% cobrada pelos empréstimos feitos em operações de ARO com os bancos. A maior parte das operações de ARO foi feita pelos estados nos bancos privados. O valor atingiu a R\$ 2,3 bilhões. Os empréstimos realizados nos bancos estaduais ficaram em R\$ 395 milhões.

O Estado de Minas Gerais é o que mais se endividou neste ano. Tomou R\$ 869 milhões por meio das operações de ARO. A dívida contratual acabou envolvendo outros R\$ 222 milhões. São Paulo aparece em segundo lugar com endividamento de R\$ 431 milhões e o Rio Grande do Sul, com R\$ 409 milhões.